



14ª Edição - 2024

## 5. Agroecologia, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Agroecologia Urbana: a construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte

*Agroecology, civil society and public policies: the construction of the Participatory Organic Certification System of the Metropolitan Region of Belo Horizonte from the perspective of institutional participation*

*Agroecología, sociedad civil y políticas públicas: la construcción del Sistema Participativo de Garantía de la Región Metropolitana de Belo Horizonte desde la perspectiva de la participación institucional*

**Bruno Dias Magalhães<sup>1</sup>**

**Daniela Adil de Oliveira Almeida<sup>2</sup>**

**Gabriel Mattos Ornelas<sup>3</sup>**

**Lara Andrade Silva Viana<sup>4</sup>**

**Flávia de Paula Duque Brasil<sup>5</sup>**

**Ricardo Carneiro<sup>6</sup>**

---

<sup>1</sup>Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professor da Fundação João Pinheiro, [bruno.magalhaes@fjp.mg.gov.br](mailto:bruno.magalhaes@fjp.mg.gov.br)

<sup>2</sup>Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Integrante do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana- AUÊ/UFMG, [daniadil.aue@gmail.com](mailto:daniadil.aue@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ!/UFMG. [gabriellornelas@gmail.com](mailto:gabriellornelas@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Assessora na Fundação João Pinheiro, [lara.viana@fjp.mg.gov.br](mailto:lara.viana@fjp.mg.gov.br)

<sup>5</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora da Fundação João Pinheiro, [flavia.brasil@fjp.mg.gov.br](mailto:flavia.brasil@fjp.mg.gov.br)

<sup>6</sup> Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisador Pleno da Fundação João Pinheiro, [ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br](mailto:ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br)



## Resumo

A trajetória de construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte remonta a 2004, com forte protagonismo de movimentos sociais e da sociedade civil envolvidos com a temática da agricultura urbana agroecológica. Como aposta na criação de um mecanismo autogestionado de avaliação de conformidade da produção agroecológica, o SPG mobiliza a responsabilidade solidária e o controle social por meio da avaliação por pares para trocas de saberes e práticas entre as pessoas que produzem em seus territórios. No ano de 2018, a partir da iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, estabeleceu-se o primeiro protocolo de intenções para o fortalecimento da agroecologia na RMBH, com a criação do Comitê de Apoio Interinstitucional, que tem como um dos objetivos a consolidação do SPG. O presente artigo analisa a trajetória de articulação para a constituição do SPG RMBH, enfatizando a incidência da sociedade civil e movimentos sociais nesse espaço, aqui entendido como peri-institucional. Busca-se, de um lado, identificar como o Comitê promove capacidades a partir da aproximação da agroecologia com o Estado. Por outro lado, questiona-se a respeito da efetiva autonomia e protagonismo nesse arranjo das pessoas que de fato produzem e comercializam.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Sistema Participativo de Garantia; Região Metropolitana; Agricultura Urbana; Participação Social.

## Abstract

The history of the Participatory Guarantee System of the Metropolitan Region of Belo Horizonte dates back to 2004, with a strong protagonism of social movements and civil society involved in the theme of agroecological urban agriculture. As it is committed to the creation of a self-managed mechanism for evaluating the conformity of agroecological production, the SPG mobilizes co-responsibility and social control through peer review for the exchange of knowledge and practices between the people who produce in their territories. In 2018, based on the initiative of the Municipality of Belo Horizonte, the first protocol of intentions was established for the strengthening of agroecology in the RMBH, with the creation of the Interinstitutional Support Committee, which has as one of its objectives the consolidation of SPG. This paper analyzes the articulation trajectory for the constitution of SPG RMBH, emphasizing the incidence of civil society and social movements in this semi-institutionalized space. On the one hand, we seek to identify how the Committee promotes capabilities by bringing agroecology closer to the State. On the other hand, we question the effective autonomy and protagonism in this grouping of the people who effectively produce and sell.

**Key words:** Agroecology; Participatory Guarantee System; Metropolitan region; Urban Agriculture; Social Participation.

## Resumen

La historia de construcción del Sistema Participativo de Garantía de la Región Metropolitana de Belo Horizonte se remonta a 2004, con un fuerte protagonismo de los movimientos sociales y de la sociedad civil involucrados con el tema de la agricultura urbana agroecológica. Como apuesta a la creación de un mecanismo autogestionario de evaluación de la conformidad de la producción agroecológica, el SPG moviliza la corresponsabilidad y el control social a través de la revisión por pares para el intercambio de saberes y prácticas entre las personas que producen en sus territorios. En 2018, a partir de la iniciativa del Municipio de Belo Horizonte, se estableció el primer protocolo de intenciones para el fortalecimiento de la agroecología en la RMBH, con la creación del Comité de Apoyo Interinstitucional, que tiene como uno de sus objetivos la consolidación del SPG. Este paper analiza la trayectoria de articulación para la constitución de SPG RMBH, enfatizando la incidencia de la sociedad civil y los movimientos sociales en ese espacio, a que llamamos de semi-institucional. El objetivo es, por un lado, identificar cómo la iniciativa promueve capacidades a partir de la proximidad de la agroecología con el Estado. Por otro lado, cuestiona la autonomía efectiva y el protagonismo en este arreglo de las personas que efectivamente lo producen y comercializan, explorando vacíos que van más allá del diálogo institucional para ahondar en los aspectos estructurales y reivindicaciones prácticas en torno al avance de la agroecología en la región.



**Palabras clave:** Agroecología; Sistema Participativo de Garantías; Región Metropolitana; Agricultura Urbana; Participación social.



## INTRODUÇÃO

Embora esteja ancorada em práticas agrícolas em uso desde a antiguidade, a agroecologia emerge, em meados do século passado, como expressão de um corpo de conhecimentos científicos contra hegemônicos que se contrapõe ao modelo convencional de modernização do campo, marcado pela lógica capitalista da mercantilização da produção e da busca pela maximização da lucratividade, bem como pela intensa adoção da mecanização e de insumos industriais na atividade produtiva. Permeada pela ideia da sustentabilidade ambiental, a temática agroecológica é impulsionada no Brasil a partir dos anos 1970, em linha com processos em curso no continente latino-americano, por movimentos que gravitam em torno de uma agricultura alternativa e que confluem saberes, práticas e identidades dos movimentos de mulheres, negro, dos povos e comunidades tradicionais, entre outros. Ao longo de sua trajetória, ademais, a agroecologia mostrou-se apta para lidar com os problemas potencializados pela dita modernização agrícola, especialmente na vertente associada ao agronegócio, nas dimensões econômica, social e ambiental.

Em seu transcurso mais recente, a agroecologia extravasa o meio rural e se aproxima do meio urbano, conformando o que se denomina de agroecologia urbana. Trata-se de um campo em construção, que reflete e expressa a aproximação do movimento agroecológico a organizações com atuação na agricultura urbana, em articulação com movimentos mais amplos direcionados à promoção do direito à cidade e à alimentação saudável. Nesse campo, as premissas de sustentabilidade multidimensional e ampliada, de democratização e participação social, bem como as propostas e pautas de ação territorializada e de fortalecimento do protagonismo das pessoas que produzem irrigaram a construção de processos participativos.

No âmbito da participação, ganham corpo ações relacionadas à certificação da produção por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), que se respaldam formalmente na Lei nº 10.831, editada em 23 de dezembro de 2003. Como um modelo de certificação participativa, o SPG configura-se em alternativa à certificação convencional realizada por meio de auditoria de terceiros. É o caso do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo



Horizonte (SPG RMBH), foco da análise deste trabalho.

A construção do SPG RMBH remonta a 2004, com forte protagonismo de movimentos sociais e da sociedade civil envolvidos com a temática da agricultura urbana agroecológica. Em 2018, a partir da iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), foi estabelecido o primeiro protocolo de intenções para o fortalecimento da agroecologia na RMBH, com a criação do Comitê de Apoio Interinstitucional, que tem como um dos objetivos a consolidação do SPG. As ações de suporte contribuíram para a criação, em 2019, da Associação Horizontes Agroecológicos, com o intuito de operacionalizar o SPG RMBH. Em 2022, celebrou-se novo protocolo com a proposta de construção, em 2023, de um plano comum entre as instituições parceiras, ancorado nos seguintes eixos: mobilização e articulação de municípios; formação em produção agroecológica e construção social de mercados; compartilhamento de informações, dados e pesquisas sobre as agriculturas na RMBH; e apoio à avaliação da conformidade orgânica e agroecológica.

O presente artigo tem, como objetivo analisar a trajetória de articulação para a constituição do SPG RMBH, enfatizando a incidência da

sociedade civil e movimentos sociais no espaço institucionalizado constituído pelo Comitê de Apoio Interinstitucional. Assim, e diferentemente de parte da literatura da gestão social, a ênfase analítica recai-se não no processo autogestionário, mas nas imbricadas relações entre grupo autogestionado, organizações e movimentos sociais, e Estado. A partir da analogia com espaços pericapitalistas (Tsing, 2022), compreendemos o Comitê de Apoio Interinstitucional criado na governança participativa estabelecida pelo Protocolo de intenções para o fortalecimento da agroecologia na RMBH como um espaço perinstitucional sujeito, portanto, a lógicas inerentes aos processos autônomos de gestão social, às atividades de suporte da sociedade civil e às atuações de fomento e de regulação do aparato burocrático estatal. Nesse encontro entre dinâmicas distintas, busca-se, de um lado, identificar como o Comitê promove capacidades a partir da aproximação da agroecologia com o Estado. De outro lado, questiona-se a respeito da efetiva autonomia e protagonismo, nesse arranjo, das pessoas que de fato produzem e comercializam.

A análise empreendida se baseia em revisão bibliográfica, pesquisa documental e observação participante.



Do ponto de vista metodológico, trata-se de estudo de caso escolhido na variável dependente, isto é, a partir do fenômeno que se deseja compreender. Tem, ademais, caráter exploratório, não pretendendo à generalização do ponto de vista da teoria. Assim, o estudo desdobra-se em três seções, além desta breve introdução e das conclusões. A primeira aborda a agroecologia como um caminho para a prática de uma agricultura urbana sustentável. De natureza contextual, a seção recupera a origem do que se entende por agroecologia e aponta para sua polissemia, discutindo as diversas acepções do termo, examina a ocorrência de mudanças e a emergência de novas identidades no contexto do movimento agroecológico, com sua aproximação dos movimentos feministas, antirracistas e da juventude, confluindo para a agroecologia urbana. A segunda seção direciona a atenção para o exame da trajetória, o desenho e a atual situação do SPG RMBH. Apresenta o arcabouço legal que embasa a estruturação dos SPGs, delinea o processo de sua difusão no país e culmina na descrição do processo de construção do SPB RMBH. A terceira e última seção foca o Comitê de Apoio Institucional enquanto espaço de encontro - e desencontro - das pessoas envolvidas na construção e operação do

SPG RMBH, que se reúnem em torno da pauta de fortalecimento da agroecologia na região metropolitana. A partir da observação participante nas reuniões, abordam-se os tensionamentos entre a institucionalidade e as práticas agroecológicas, analisando nas ações e desdobramentos da atuação do Comitê seus limites e potenciais para o fortalecimento da agroecologia na RMBH e da sociedade civil.

### **AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA UMA AGRICULTURA URBANA SUSTENTÁVEL**

A emergência do que contemporaneamente é denominada agroecologia tem sua origem nas práxis agri-culturais camponesas, dos povos originários e dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, desenvolvidas e acumuladas por gerações ao longo de aproximadamente 12 mil anos. A partir do século passado, essas práticas passaram a ser sistematizadas e organizadas como um corpo de conhecimentos científicos contra hegemônicos, que adquiriram também contornos de luta política, principalmente pelas dinâmicas de organizações da sociedade civil (BOZA MARTÍNEZ, 2013; GUHUR e SILVA, 2021).

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a



agroecologia se potencializou a partir da década de 1970, com a emergência dos movimentos de agricultura alternativa, que apresentaram um conjunto de propostas para enfrentar os problemas gerados pelo processo de modernização do campo. Como em uma linha de montagem industrial, a agricultura convencional caminhou no sentido da especialização, difundindo monoculturas visando a maximização do lucro e da produção em larga escala, via uso mais intensivo de mecanização, de insumos químicos e agrotóxicos, além de sementes transgênicas. A implementação desse sistema socialmente excludente ampliou a concentração da propriedade fundiária, intensificou a marginalização de comunidades camponesas e estimulou o êxodo rural (GRISA, 2012; SAMBUICHI et al., 2017).

Pessoas, grupos e ações coletivas negativamente afetadas por esse processo de modernização passaram a questionar o modelo de desenvolvimento rural então prevalecente. No cenário de abertura democrática dos anos 1980, conceitos, narrativas e formas de produção começaram a ser disputados através de lutas políticas, abrindo caminho para uma produção de alimentos mais sustentável. Iniciativas desenvolvidas em diversas regiões do país foram fortalecidas por diferentes articulações

de pessoas que produziam e comercializavam, movimentos sociais, sindicatos, famílias agricultoras, instituições religiosas e de ensino, e ONGs, conformando inúmeras redes agroecológicas espalhadas pelo território brasileiro. O fortalecimento e adensamento dessas redes deram forma ao que hoje é chamado de movimento agroecológico (MOURA, 2017; SCHMITT et al., 2020).

Um relevante elemento de disputa entre os movimentos tem sido a definição do termo agroecologia. A agroecologia não possui um único significado, mas uma diversidade de entendimentos que evoluíram ao longo do tempo, evidenciando a dinamicidade da sua construção. Dado o caráter descentralizado e heterogêneo do tecido das relações que estruturam o campo agroecológico, neste trabalho compreende-se a agroecologia a partir do tripé ciência-prática-movimento. Isso porque a agroecologia se configura a partir de conjunto de práticas sociais, metodologias e técnicas direcionadas para o manejo e desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis e socialmente justos. É uma ciência que articula diferentes áreas do conhecimento, os saberes populares e tradicionais de forma transdisciplinar, crítica e sistêmica. É um movimento sociopolítico que luta pela reconstrução



das relações sociais, econômicas e ambientais, promovendo-as a partir da perspectiva do bem-viver, conectando produção, comercialização e consumo (WEZEL et al., 2009).

Apoiando-se no princípio da unidade na diversidade, nos últimos anos o campo agroecológico procurou construir convergências políticas e uma expressão pública unitária, com o objetivo de criar um amplo projeto de transformação dos sistemas agroalimentares, fundamentado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas identidades e manifestações (ANA, 2018). Nesse sentido, adotou-se uma abordagem de comunicação baseada, principalmente, no anúncio e na denúncia. O anúncio se refere à promoção e divulgação das diversas práticas agroecológicas e às alternativas para o campo; a denúncia trata das violações de direitos e conflitos que limitam a construção da agroecologia no Brasil.

Na cena atual, observa-se a emergência de mudanças internas e novas identidades dentro do próprio movimento agroecológico. Ressalta-se a importância do papel das mulheres, do movimento negro, dos povos e comunidades tradicionais e das juventudes, responsáveis por promover

ações criativas, visando a incorporação e reconhecimento dos aspectos de raça, gênero e sexualidade no campo agroecológico. As mulheres têm um papel imprescindível na construção cotidiana da agroecologia, a partir de uma perspectiva crítica e transformadora, amparadas no feminismo e na luta antirracista, buscando a igualdade de direitos entre mulheres e homens, em todos os territórios. O movimento negro aponta sobre como a agroecologia, enquanto processo de transformação social, precisa se estruturar nas questões raciais, pautando “estratégias que visem desnaturalizar o racismo ao mesmo tempo que mobiliza atitudes antirracistas” (MOTTA, 2021, p. 7). Já a participação ativa das juventudes contribui para a afirmação das diversidades e a incorporação de novas pautas e demandas, consequentemente contribuindo para a permanência de jovens em seus territórios (MOTTA, 2020, 2022; ORNELAS, 2021). “Sem feminismo não há agroecologia”, “se tem racismo não tem agroecologia” e “se há LGBTfobia não há agroecologia”, são alguns dos lemas presentes no movimento agroecológico que apontam para a “construção de um quadro interpretativo de amplo escopo que transversaliza a perspectiva interseccional e mobiliza a necessidade



de um pensamento complexo” no campo agroecológico (ORNELAS, 2021, p. 61).

Desse modo, a dimensão política, ou de movimento da agroecologia, tem ganhado cada vez mais centralidade “seja na luta dos camponeses, povos tradicionais e originários pelas condições de sua própria reprodução social; seja na importância da agroecologia para a saúde e a soberania alimentar, que mobiliza também os trabalhadores urbanos”, bem como nos debates de um outro projeto societário (GUHUR e SILVA, 2021, p. 60).

Chama-se a atenção ainda para um outro campo que vem se desenhando - tanto na perspectiva acadêmica, como da política e das práticas sociais - a partir da aproximação entre o movimento agroecológico e organizações que atuam com agricultura urbana, em articulação com as lutas pelo direito à cidade e pelo direito à alimentação saudável. Neste artigo, identifica-se este campo como "agroecologia urbana", compreendendo que a proposta agroecológica pode conferir à construção conceitual e política da agricultura urbana um sentido político mais claro de contraposição e construção de alternativas ao modelo do agronegócio, em contraposição a práticas e abordagens menos politizadas

da agricultura urbana (ALMEIDA, 2016). As potentes conexões virtuais e reais entre estes processos, favorecidas em contextos urbanos e metropolitanos, sinalizam caminhos para o enfrentamento de importantes questões urbanas, tais como a garantia da segurança alimentar; destinação adequada de resíduos orgânicos; alternativas de uso econômico mais justo e sustentável para vastas extensões de terra nas zonas rurais existentes nas regiões urbanizadas e mesmo para o redesenho das cidades. Como argumenta Almeida (2016, p. 388), essa aproximação pode ainda "vir a fortalecer e ampliar a escala das práticas cotidianas que mostram ser possível cultivar o urbano como espaço de convivência entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza".

Cabe salientar que no campo agroecológico existem diferentes correntes de produção alternativa, que se baseiam no uso de tecnologias de base ecológica, como a agricultura orgânica, natural, biodinâmica, permacultura, biodinâmica, biológica, entre outras. No entanto, a agricultura orgânica tem logrado maior visibilidade por meio do reconhecimento junto ao mercado e também por ser tida como sinônimo de todas as correntes de agriculturas ecológicas, inclusive na legislação brasileira (ORNELAS, 2021).



Desse modo, a partir da perspectiva agroecológica, um produto orgânico é muito mais que um produto livre de agrotóxicos, conformando o fruto de uma produção que “reside na transformação socioambiental da política agroalimentar, na defesa da reforma agrária popular, na promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional e do respeito ao direito humano e fundamental à alimentação adequada e culturalmente adaptada” (ISAGUIRRE e BITTENCOURT, 2021, p. 705).

Em suma, o desenvolvimento dos ambientes, rurais e urbanos, do ponto de vista agroecológico e da produção orgânica, deve se basear na valorização dos recursos locais presentes, concebendo uma ação nos territórios de modo endógeno, ao invés de negá-los e substituí-los por estruturas e processos industriais (BOZA MARTÍNEZ, 2013). Busca-se uma ação territorializada por espaços que facilitem a geração de circuitos comerciais curtos, nos quais as pessoas que produzem sejam protagonistas.

Essa forma de conceber o desenvolvimento tem levado as organizações agroecológicas a optar pela implementação de projetos participativos em comunidades urbanas e rurais, uma vez que construir democraticamente os espaços e políticas

voltadas à agroecologia constitui-se um valor inegociável do movimento. A seção seguinte apresenta um desses processos participativos, o Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (SPG RMBH), enquanto um território formado por sujeitos, iniciativas e práticas que rumam no sentido de estabelecer caminhos alternativos de produção, alimentação e cuidado, onde a terra é entendida não como recurso a ser explorado, mas lugar de vida e construção de relações sociais.

## **O SPG RMBH: TRAJETÓRIA, DESENHO E SITUAÇÃO ATUAL**

Os SPGs compõem a agenda do campo agroecológico como estratégia de certificação da produção que incorpora uma visão multidimensional da ideia de sustentabilidade, isto é, que considera as consequências socioeconômicas e culturais da atividade agrícola para além das repercussões meramente ambientais (BOZA MARTINEZ, 2013). Por esta razão, os sistemas em foco organizam-se a partir dos princípios de protagonismo das pessoas que produzem, participação de organizações de apoio e distintos agentes com interesse em temas e ações de comercialização e consumo, em um processo horizontal, confiável,



transparente e pedagógico, sustentado por uma visão comum (MEIRELLES, 2007). A certificação participativa é, portanto, uma alternativa à chamada certificação por auditoria, realizada por um terceiro, em geral distante do contexto produtivo local, com custos de operação mais elevados e reduzido impacto pedagógico (SILVA et al, 2019)

No Brasil, os SPGs encontram respaldo legal no âmbito da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Seus procedimentos são definidos pela Instrução Normativa 019 de 2009. De maneira sintética, os SPGs constituem-se numa estrutura organizacional que envolve pessoas e organizações interessadas na avaliação de conformidade orgânica em um determinado território, dividindo-se entre integrantes do sistema - quem produz, comercializa, consome, presta assessoria técnica, bem como as organizações públicas ou privadas que colaboram com o sistema - e o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC). O OPAC possui personalidade jurídica e é responsável pela certificação, cujo processo tem, como estrutura mínima, a Comissão de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Conselho de Recursos. Os procedimentos são

levados a cabo por meio das visitas de pares, visitas de certificação e reuniões da OPAC, e regidos pelo Estatuto, Regimento Interno e Manual de Procedimentos Operacionais. As agricultoras, os agricultores e os grupos que visam a certificação devem possuir um plano de manejo agroecológico e registros periódicos de manejo, instrumentos necessários para a rastreabilidade da produção (HIRATA et al., 2018).

Segundo informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) levantadas por SILVA et al. (2019), em 2019 o Brasil possuía 24 SPGs credenciados. Destes, três são do estado de Minas Gerais, especificamente: Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas) - que tem generosamente colaborado na construção do SPG RMBH; Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa; e Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina. Nos demais estados, as autoras destacam a experiência da Rede de Agroecologia Ecovida, que atua no sul do país, constituída de 27 núcleos regionais que abrangem 352 municípios e aproximadamente 340 grupos



produtores, com cerca de 4.500 famílias envolvidas no total<sup>1</sup>. Outra experiência destacada é a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), que certifica de forma participativa 700 agricultores e agricultoras em todo o estado (SILVA et al., 2019).

Dados recentes do MAPA compilados pelo Anuário das Agriculturas Metropolitanas caracterizam a produção orgânica no âmbito da RMBH:

O site do MAPA registrava, em agosto de 2021, dados sobre a produção orgânica em 13 dos 34 municípios da RMBH. Foram contabilizadas 24 certificações concedidas por auditoria; dentre essas, 08 foram concedidas pelo IMA, 12 pelo IBD Certificações LTDA, 02 pela Genesis Certificações, 01 pela Ecocert Brasil Certificadora, 01 Kiwa BCS Brasil. As certificações contabilizadas correspondiam às seguintes produções: 15 certificações de Produção Primária Vegetal; 06 de Processamento de Produtos de Origem Vegetal; 02 de Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal e 01 de processamento não identificado. Já o site do IMA registrava, na mesma data, 03 certificações por SAT para produção de morango e olerícolas em 03 municípios da RMBH.

Destacam-se, ainda, 08 registros no site do MAPA relacionados a duas iniciativas de Organizações de Controle Social (OCS): OCS Coletivo Agroecológico de Esmeraldas (COAGE) e OCS Orgânicos Florestal, que tratam de Produção Primária Vegetal e Processamento de Insumos

<sup>1</sup>Ver <https://ecovida.org.br/sobre/>, acesso em 25 de março de 2023.

Agrícolas. Essas organizações garantem a conformidade de produção orgânica de forma participativa, de acordo com um dos mecanismos previstos na legislação brasileira para a agricultura familiar, que é o Controle Social na Venda Direta (ALMEIDA et al, 2022, p. 67)

Em meio a este cenário, o SPG RMBH constituiu-se formalmente em 2019 no âmbito da recém-criada Associação Horizontes Agroecológicos, após uma longa trajetória de articulações (FIGURA 1) cuja origem remonta ao ano de 2004, com a constituição da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana da RMBH - AMAU e da Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana<sup>2</sup> (ver SILVA et al., 2019).

A abrangência territorial do SPG em questão envolve 54 municípios, distribuídos pela RMBH (34), pelo Colar Metropolitano (16) e entorno (4), conforme pode ser visto na FIGURA 2. É importante ressaltar, no entanto, que durante o período da pandemia alguns núcleos indicados acabaram por se desmobilizar. Até o fechamento deste

<sup>2</sup>Em 2017, a Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana) iniciou um processo de discussão sobre a necessidade de um Plano de Ações Integradas e Intersetoriais para a promoção da agroecologia na RMBH, repercutindo na mobilização para criação do SPG. Em 2018 foi realizado o I Encontro Regional sobre SPG RMBH e foram criados oito núcleos compostos por agricultoras/es, colaboradoras/es, organizações sociais e instituições públicas e privadas para construção do SPG RMBH (ORNELAS, 2021).



artigo, cinco núcleos compunham ativamente a Associação Horizontes Agroecológicos: Campo Cidade, Gandarela, Esmeraldas, BR 381 e Caraça, além de três Sub-núcleos, sendo dois vinculados ao Núcleo Campo Cidade, Beneficiadores de Alimentos e Flores da RMBH, e o Mulheres Entre Serras, vinculado ao Núcleo BR 381.

FIGURA 1 - Trajetória de articulações para a promoção da agroecologia na RMBH

2004 - 2016	2017	2018	2019
<p>criação da AMAU (2004)</p> <p>CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS (CRIAÇÃO DE FEIRAS E ASSOCIAÇÕES DE EPS E AGROECOLOGIA)</p> <p>CURSO ATER AUE + REDE (2015)</p> <p>criação da RUA METROPOLITANA (2016)</p>	<p>DIALOGOS SOBRE SPG NA RUA</p> <p>DIALOGOS RUA + ORGANIZAÇÕES E PODER PÚBLICO</p> <p>RODA DE CONVERSA SPG NO ERE</p> <p>VISITA PROMOVIDA PELA EPAMIG AO SPG SUL DE MINAS</p> <p>RODA DE CONVERSA SPG NA FEIRA UFMG</p>	<p>REUNIÕES COMISSÃO ORGANIZADORA</p> <p>I ENCONTRO REGIONAL DO SPG RMBH</p> <p>SEMINARIO SISTEMAS ALIMENTARES IV ENA E PROTOCOLO</p> <p>criação do COMITÊ INTERINSTITUCIONAL</p> <p>I CURSO SOBRE LEGISLAÇÃO</p> <p>PLANO DE AÇÃO COMUM PARA 2019</p> <p>EDITAL FEIRA DA UFMG</p>	<p>I REUNIÃO GERAL DOS AGRICULTORES</p> <p>ENCONTRO DO FÓRUM DOS SPGs E OCS</p> <p>ELABORAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL</p> <p>ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HORIZONTES AGROECOLÓGICOS</p> <p>criação do GT OPAC</p>

Fonte: Elaborado por Martins (2021).

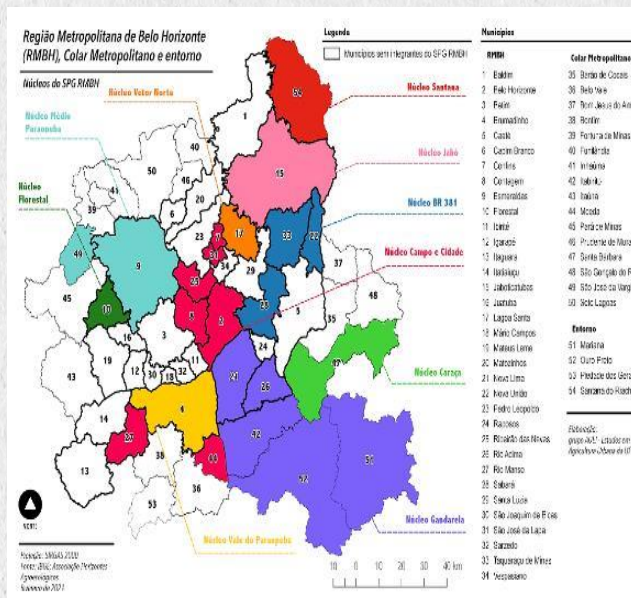
Ainda segundo o Anuário das Agriculturas Metropolitanas 2020/21 (ALMEIDA et al., 2022), a região em questão é marcada por uma lógica fragmentada e dispersa de expansão do tecido urbano que gera desigualdades sociais, violação a direitos básicos como acesso à terra, moradia, alimentação e grande impacto ambiental, agravado ainda pelas atividades de mineração abundantes no território. Por outro lado, destacam as editoras, a RMBH é também um território formado por um conjunto de sujeitos, práticas e iniciativas que apontam para caminhos

alternativos de produção, comercialização, alimentação, uso do solo, convivência com a natureza e cuidado, entre outros. São práticas, tais como, mas não exaustivamente:

(...) quintais produtivos e produção em pequenos espaços (como em vasos nas lajes, em jardins verticais e nas janelas das casas), localizados em áreas centrais dos municípios ou nas periferias urbanas, assim como próximas às moradias em propriedades rurais; hortas coletivas e comunitárias, localizadas em praças, parques urbanos, escolas, centros de saúde, centros culturais, dentre outros espaços; quintais e hortas comunitárias localizadas nas ocupações urbanas; produção em assentamentos e acampamentos da reforma agrária; em quilombos; em propriedades de agricultoras/es familiares; em sítios, chácaras e fazendas; e, também, em loteamentos e parcelamentos em zonas urbanas (...) feiras e empreendimentos da economia popular e solidária (como pequenos mercados agroecológicos), sedes de associações, cooperativas de agricultores/as e centrais de abastecimento (...) quantidade expressiva de terreiros de religiões de matriz africana com práticas agrícolas agroecológicas e povos e comunidades indígenas presentes nos municípios metropolitanos (ALMEIDA et al., 2022, p. 18-19).

FIGURA 2 - Território de Abrangência e Municípios da RMBH, com Núcleos Regionais do SPG-Metropolitano





Fonte: Elaborado por AUÊ!, disponível em: <https://www.horizontesagroecologicos.org.br/estrutura>, acesso em 26 de março de 2023

O SPG-RMBH se insere nesse conjunto como estrutura organizacional voltada à avaliação participativa de conformidade e também como apoio às agricultoras e agricultores da região, com foco na produção agroecológica, na comercialização em circuitos curtos, na promoção do turismo de base comunitária, entre outros. Sua estrutura se inspira no formato adotado por outros SPGs consolidados, organizando-se em núcleos territoriais compostos por fornecedores(as) - pessoas que produzem, distribuem, comercializam, transportam, armazenam - e colaboradores(as) - organizações, coletivos, instituições, indivíduos que consomem, entre outras categorias -, sendo coordenados por uma pessoa de referência. Estes núcleos são

responsáveis pela promoção da troca de experiências, cadastramento de quem produz e apoio no preenchimento dos formulários - atividades que ocorrem sobretudo nas visitas de pares. Já o OPAC é formado pela comissão de avaliação e o conselho de recursos - instâncias responsáveis pela emissão da certificação (HORIZONTES AGROECOLÓGICOS, s/d). A associação conta ainda com um conselho diretor e um conselho fiscal (HORIZONTES AGROECOLÓGICOS, 2019). A estrutura completa está esquematizada na FIGURA 3.

A Associação prevê ainda em seu Estatuto a possibilidade de estabelecer um conselho consultivo (HORIZONTES AGROECOLÓGICOS, 2019) que, de certa forma, é apoiado pelo Comitê de Apoio Interinstitucional para o fortalecimento da agroecologia na RMBH. O comitê é uma instância participativa criada em 2018 por ocasião do protocolo de intenções para fortalecimento da agroecologia, elaborado pelo município de Belo Horizonte, mais especificamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC - PBH), e assinado por diversos parceiros no âmbito do Seminário sobre Sistemas Alimentares que ocorreu no IV Encontro Nacional de Agroecologia.

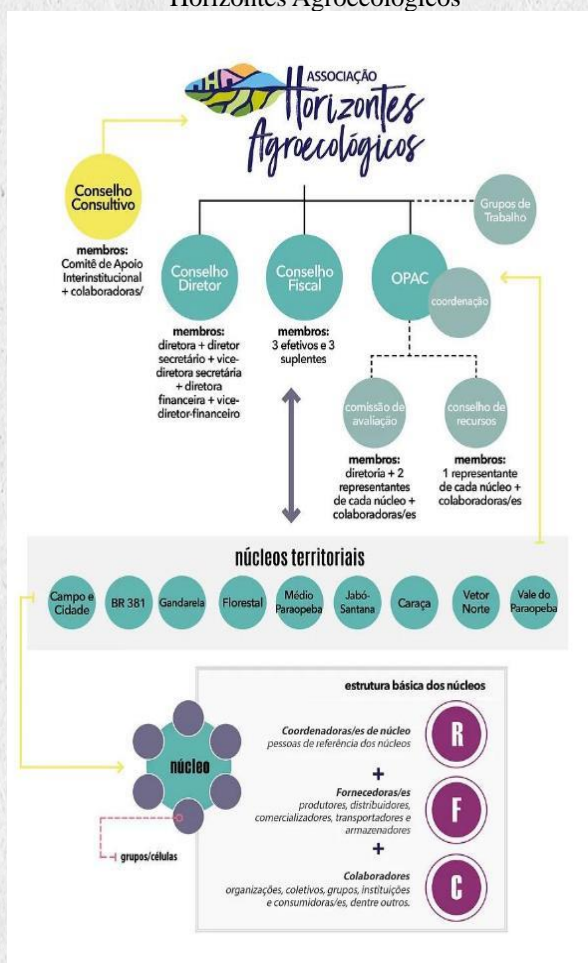


Responsável por coordenar, acompanhar e fiscalizar o protocolo, o comitê foi composto pelas seguintes instituições e organizações: SMASAC, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, Fundação João Pinheiro (FJP), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Associação Horizontes Agroecológicos e por dois representantes da sociedade civil indicados, respectivamente, pela RUA Metropolitana e pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU).

O instrumento foi estabelecido em formato de adesão, facilitando a incorporação de novas parcerias, incluindo Instituições de Ensino Superior, notadamente a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com forte protagonismo do grupo de estudos em Agricultura Urbana - AUÊ! UFMG, órgãos governamentais e prefeituras da RMBH, Colar Metropolitano e entorno, além de coletivos, movimentos sociais e associações, entre outros. O Comitê de Apoio Interinstitucional se reúne

periodicamente para estabelecer um plano de ação conjunto, de modo a mobilizar o poder público em torno de questões necessárias ao avanço de uma atuação coletiva de apoio, viabilização e fomento ao SPG. Este fórum híbrido, suas dinâmicas, potencialidades e contradições constituem as análises da seção seguinte.

FIGURA 3 - Estrutura da Associação Horizontes Agroecológicos



Fonte: Elaborado por AUÊ!, disponível em: <https://www.horizontesagroecologicos.org.br/estrutura>, acesso em 26 de março de 2023.

## ANÁLISE E RESULTADOS: O COMITÊ DE APOIO INTERINSTITUCIONAL COMO LUGAR DE ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE A AGROECOLOGIA E O ESTADO



Em sua etnografia do cogumelo Matsutake, Anna Tsing (2022) emprega o termo pericapitalista para referir-se a lugares que estão a um só tempo dentro e fora da lógica de produção capitalista. A assemblage criada pelo cogumelo, seus catadores, intermediadores, agentes de campo e exportadores constitui um desses lugares. Apesar de regido por lógicas muito distintas da produção agrícola convencional, é na intensa atividade de coleta e comercialização ocorrida nas florestas do Oregon que o Matsutake deixa de ser um agente e é transformado em mercadoria.

Argumenta-se aqui que o Comitê de Apoio Interinstitucional é também um espaço híbrido, tal qual os lugares pericapitalistas mencionados por Tsing (2022). Nosso foco, no entanto, não é a produção capitalista - embora, em alguma medida, esta lente analítica também pudesse ser aplicada -, mas sim a produção de práticas sociais institucionalizadas. Sob esse prisma, o Comitê pode ser compreendido como um espaço peri-institucional, na medida em que está a um só tempo dentro e fora da institucionalidade promovida pelo Estado (sentido amplo), conectando saberes e práticas territorializadas com regulações e atuações de pretensa aplicação geral. Nesse sentido, o Comitê torna-se um lugar de encontros e desencontros entre atores que se

reúnem por algo em comum, mas precisam operar cotidianamente em ambientes muito distintos. Sob essa ótica, suas reuniões periódicas podem ser vistas a partir das traduções que operam um jogo de fertilização cruzada entre as múltiplas lógicas envolvidas.

Tsing (2022) vê nos espaços pericapitalistas refúgios improváveis, já que as traduções operadas capturam os agentes, nunca os deixando completamente a salvo da lógica mercadológica e de exploração. Seriam também os espaços peri-institucionais necessariamente colonizadores, em que a lógica burocrática estatal é imposta a quem produz? Ou seria possível, a partir deles, operar certa contra-colonização, alterando as instituições estatais a partir das práticas da agroecologia?

O presente trabalho não vislumbra, a priori, qualquer destino certo. Ao contrário, busca-se promover uma análise dinâmica, a partir da observação participante, das interpelações que emergem no e do Comitê, no intuito de identificar algumas de suas principais tendências e contratendências. O restante dessa seção apresenta três tensões atualmente salientes nas traduções operadas no Comitê de Apoio Interinstitucional, que apontam para o dilema em questão. São elas: (i) o protagonismo estatal vis-à-vis o protagonismo da sociedade civil nos



rumos do SPG RMBH; (ii) o acesso material vis-à-vis o acesso simbólico a recursos institucionais; e (iii) a imposição vis-à-vis a apropriação de uma linguagem burocrática.

Brevemente, no que diz respeito à primeira tensão, é importante destacar que a trajetória analisada é inequívoca quanto ao papel fundamental do ativismo da sociedade civil para a construção do SPG RMBH, notadamente nas articulações promovidas pela AMAU e RUA, com forte suporte operativo por parte de organizações como a REDE e de grupos extensionistas como o AUÊ!/UFMG. Foram essas articulações que, juntamente com valores e práticas promovidas pela agroecologia, lograram afetar não só agricultores e ativistas, mas também servidores públicos que, do lado da institucionalidade, aproximaram-se dos fóruns promovidos e se empenharam em prol de objetivos comuns, estabelecendo uma “ação pública colaborativa” para promoção da agroecologia e agricultura urbana no âmbito da PBH e da RMBH (ORNELAS, 2021). A literatura brasileira sobre movimentos sociais há muito identificou a existência de uma burocracia ativista (ABERS e VON BÜLOW, 2011; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014), cuja ação é capaz de efetivamente promover relações

entre Estado e sociedade mais afetas às pautas e reivindicações de movimentos sociais (LAVALLE et al., 2019). Com efeito, os relatos de representantes das mais variadas organizações governamentais que compõem o Comitê de Apoio Interinstitucional demonstram um grau de ativismo e compromisso em promover os valores da agroecologia em seus ambientes institucionais.

Sem embargo, a partir de sua criação, o Comitê tornou-se o foco e, muitas vezes, o lócus principal das articulações relacionada ao SPG RMBH. Esse movimento gerou, como consequência não pretendida, o gradativo escoamento dos fóruns da sociedade civil que foram constitutivos de sua trajetória. O deslocamento parece ainda não ter sido capaz de fortalecer a recém criada Associação Horizontes Agroecológicos a ponto de que essa assumia destaque na condução de seus próprios processos de credenciamento, autogestão e captação de recursos. Mais recentemente, no entanto, a Associação parece ter tomado consciência da necessidade de tornar-se mais autônoma, intensificando a frequência de encontros e buscando recursos independentes que viabilizem sua manutenção.

Em relação à segunda tensão, passados cinco anos desde a instituição original, o Comitê vem falhando em



entregar respostas efetivas no âmbito do fortalecimento da pauta da agroecologia para além do núcleo mais imediato de influência de seus participantes diretos. Em outras palavras, até o momento não há indícios nem de que as instituições participantes destinaram recursos orçamentários ao SPG RMBH, nem que se tornaram tão mais permeáveis à agroecologia no nível da constituição de instrumentos institucionais viabilizadores (SCHMITT, 2016; SCHMITT et al., 2020). Para além de eventuais previsões em planos orientadores, como no caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI RMBH), ou da proposição de projetos de lei que estabelecem princípios gerais sem qualquer vinculação de origem orçamentária ou administrativa, como o Projeto de Lei de instituição do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano (PL nº 3.676/2022), são escassas as ações de apoio material mensurável das práticas de auto certificação .

Duas ações institucionais, contudo, são dignas de destaque, por seu impacto positivo tangível para o SPG RMBH. A primeira delas decorreu do apoio de integrantes da sociedade civil em conjunto com servidores

públicos na tradução técnica necessária para a instituição legal da Associação Horizontes Agroecológicos, acompanhada da mobilização correspondente de potenciais associados e em processos de formação, como o "I Curso de Formação sobre Legislação em Sistema Participativo (SPG)" . Este processo, que ocorreu intensamente durante os anos de 2018 e 2019, persistiu e se ampliou durante o difícil período da pandemia por COVID-19, culminando na criação e na legitimação da Associação e seus, à época, nove núcleos regionais. A segunda diz respeito à constante interlocução com a EMATER-MG e com municípios da RMBH, com o intuito de promover a destinação de técnicos locais da empresa que compartilhem dos saberes, práticas e valores da agroecologia, com razoável sucesso por parte dos núcleos regionais mais ativos.

Isso leva a crer que, apesar dos desafios estruturais e hegemônicos que dificultam uma atuação mais disruptiva por parte do Comitê, importantes alterações têm ocorrido em ao menos duas instâncias interconectadas. A primeira delas é a Associação Horizontes Agroecológicos, que logrou construir um arranjo organizacional autogestionado, com potencial para acesso a recursos externos, geração de recursos próprios e trânsito legítimo



junto aos movimentos sociais, parceiros do terceiro setor, academia e órgãos governamentais. A outra instância é o território, com o fortalecimento e empoderamento de atores locais, que passaram a dialogar com a institucionalidade a partir do lugar organizacional dos núcleos regionais, bem como se viram no papel de construtores de uma governança comunitária territorial.

Em relação à terceira tensão, ainda que a diretoria executiva da Associação Horizontes Agroecológicos tenha assento permanente no Comitê, a linguagem predominante nas reuniões é burocrática e, portanto, de difícil compreensão e sensibilização. Por outro lado, há certo aprendizado e - mais ainda - apropriação da linguagem burocrática por parte de integrantes da Associação, não só para a constituição interna de seus próprios instrumentos, mas para estabelecer reivindicações e vislumbrar alternativas institucionais de viabilização de suas ideias. Além disso, há um esforço notório por parte dos membros estatais do Comitê na promoção de encontros entre agricultoras, de modo a difundir e fortalecer a iniciativa do SPG RMBH nas suas bases. Ainda assim, não há evidências de que os processos administrativos necessários ao credenciamento da OPAC, acesso a

recursos e outras atuações de fomento governamental tenham adotado uma linguagem mais próxima à do cotidiano da agroecologia e, portanto, de acesso facilitado e diálogo menos hierárquico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia inscreve-se no campo das lutas e práticas contra hegemônicas, com suas premissas de sustentabilidade ampliada e de aprofundamento democrático, endereçando-se à promoção da saúde e da soberania alimentar, às formas de produção socialmente justas, voltando-se para transformações sociais mais abrangentes. Como posto, as premissas e perspectivas de processos participativos e de construção de formas autogestionárias configuram-se com centralidade no âmbito do movimento agroecológico, balizando projetos e propostas, como o percurso de constituição do SPG RMBH revela. Ao percorrer sua trajetória recuperando antecedentes desde 2004, para além da práxis cotidiana, desvelam-se atrizes e atores coletivos da sociedade civil que se mobilizam, se organizam e tecem redes mais amplas e territorialidades no campo da agricultura urbana e da agroecologia. O ativismo da sociedade civil impulsiona, em 2018, a iniciativa da PBH de criação do Comitê de Apoio Interinstitucional, visando a



consolidação do SPG RMBH. Mais além, em 2019, desemboca na criação Associação Horizontes Agroecológicos, que se volta para operacionalização do processo de certificação participativo, lastreado pelas pessoas que produzem, avançando no arcabouço do SPG RMBH.

O artigo voltou-se para a abordagem do Comitê de Apoio Interinstitucional ao SPG RMBH que, tendo em vista o fortalecimento da agroecologia e do sistema em si, articula órgãos municipais e estaduais, ao lado de duas representações da sociedade civil com expressivo percurso de atuação na área. Como exposto, a partir da atuação do Comitê, alguns avanços importantes foram concretizados, devendo-se notar o suporte dos burocratas ativistas com seu compromisso com as pautas agroecológicas. Contudo, configurando-se como espaço de diálogo, a aproximação com o Comitê e suas reuniões revela disjunções e tensionamentos a partir das diferentes linguagens e lógicas de ação, tendendo à prevalência (não irredutível) institucional e burocrática. Nesse sentido, nesse espaço se apresentam potências, bem como limites e dilemas relativos à sociedade civil em seus encontros com o Estado em fóruns participativos, que têm sido discutidos

na literatura nacional relativa à participação institucionalizada.

Pelas razões expostas, parece-nos possível afirmar que o Comitê de Apoio Interinstitucional ao SPG RMBH representa, com efeito, um espaço peri-institucional, cujas tendências apontam para a tensão entre a agroecologia e a institucionalidade. É, neste sentido, um legítimo espaço de construção de capacidades, que possuem o potencial de promover mudanças positivas, tanto no enraizamento das questões agroecológicas junto ao Estado, quanto na aprendizagem da institucionalidade por parte dos atores da sociedade civil. Seus limites estruturais e desafios inerentes, no entanto, não podem ser desconsiderados.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Associação Horizontes Agroecológicos, ao AUÊ/UFMG, ao Grupo de Pesquisa em Estado, Democracia e Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro e aos diversos revisores que auxiliaram na elaboração do trabalho. Agradecemos ainda à FAPEMIG, pelo financiamento da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABERS, R.; BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo



através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, p. 52-84, 2011.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L.. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, D. A. O. Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de Doutorado (Geografia). Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, D. A. O.; COSTA, H. S. M.; MARQUES, L. M. F. J.; ALENCAR, V. G. S. L.; FERREIRA, G. R. (Eds). Anuário das Agriculturas Metropolitanas 2020/21: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2022. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/anuario-das-agriculturas-metropolitanas-primeira-edicao/>, acesso em 25 de março de 2023.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta política do IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro : AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.

BOZA MARTÍNEZ, S. Los Sistemas Participativos de Garantía en el fomento de los mercados locales de productos orgánicos. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 34, 2013.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GUHUR, D.; SILVA, N. R. Agroecologia. In: *Dicionário de Agroecologia e Educação*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2021. p. 59-72.

HIRATA, A. R.; DE PAULA ASSIS, T. R.; DA ROCHA, L. C. D. A Constituição do sistema participativo de garantia do sul de Minas. *Retratos de Assentamentos*, v. 21, n. 1, p. 47-70, 2018.

HORIZONTES AGROECOLÓGICOS. Estatuto da Associação Horizontes Agroecológicos, 2019. Disponível em: [https://www.horizontesagroecologicos.org.br/\\_files/ugd/2e3e58\\_5e0ca0d9413945a8ae4f222c0aad5052.pdf](https://www.horizontesagroecologicos.org.br/_files/ugd/2e3e58_5e0ca0d9413945a8ae4f222c0aad5052.pdf), acesso em 26 de março de 2023.

HORIZONTES AGROECOLÓGICOS. Sistema Participativo de Garantia Região Metropolitana de Belo Horizonte. Regimento Interno do OPAC RMBH, s/d. Disponível em: [https://www.horizontesagroecologicos.org.br/\\_files/ugd/2e3e58\\_db2e4079380f43589ed7af8b859c418e.pdf](https://www.horizontesagroecologicos.org.br/_files/ugd/2e3e58_db2e4079380f43589ed7af8b859c418e.pdf), acesso em 26 de março de 2023.

ISAGUIRE, K.; BITTENCOURT, N. Sistema de Certificação Agroecológica. In: *Dicionário de Agroecologia e Educação*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2021. p. 701-706.

LAVALLE, A. G. et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*, p. 21-88, 2019.

MARTINS, G. C. HORIZONTES PARA A AGROECOLOGIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A construção do Sistema Participativo de Garantia. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Socioambientais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

MEIRELLES, L. Sistemas Participativos de Garantía – origen, definición y principios. *Revista Agricultura Ecologica*, n. 7, 2007.



MOTTA, V. D. Por uma agroecologia antirracista. *Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.

\_\_\_\_\_. AGROECOLOGIA ANTIRRACISTA: UMA INSISTÊNCIA. *Cadernos de Agroecologia*, v. 16, n. 1, 2021.

\_\_\_\_\_. PARA QUEM É ESSE LUGAR? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 17, n. 3, p. 222-241, 2022.

ORNELAS, G. M. Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020). Dissertação (Mestrado e Ciência Política). Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 166, 2021.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH. Monografia (Bacharelado em Gestão Pública). Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 81, 2017.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

SCHMITT, C. J. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 16-48-16-48, 2016.

SCHMITT, C. J. et al. Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 2, p. 312-338, 2020.

SILVA, Ana Carolina Figueiredo; REIS, Tatiane Maria dos; ORNELAS, Gabriel Mattos. Participação e Certificação Orgânica: Redes Agroecológicas na Construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. IN: IX SINGA: IX Simpósio Internacional e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019, pp. 3530-3548.

TSING. A. L. O Cogumelo no Fim do Mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology, as a science, a movement and a practice. *Agronomy for Sustainable Development*, n. 29, p. 503-515, 2009.